

No plenário da Constituinte, um dia de críticas a Sarney

BRASÍLIA — Os parlamentares reagiram ao pronunciamento de anteontem do presidente José Sarney, acusando-o de "ter humilhado a nação", como fez a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE): "agressor", como disse o deputado Vasco Alves (PMDB-ES); e "golpista", como preferiu classificar o deputado Hélio Duque (PMDB-PR). No plenário, mais de 20 congressistas, de todos os partidos, fizeram coro com o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que conclamou a Constituinte a "fixar o mandato presidencial soberanamente sem aceitar o atropelo do presidente que quer cinco anos".

"Se o presidente foi enérgico e tomou posição política, a Constituinte deverá fazer o mesmo", concordou o deputado Francisco Rollemberg (PMDB-SE). Nem mesmo no horário da liderança, Sarney teve defensores na bancada pemedebista. Falando em nome do partido, o vice-líder Prisco Viana (que se enganou e ocupou a tribuna destinada ao PDS) apenas fez uma explanação sobre o presidencialismo e pediu a transição nos anos da Constituinte do discurso do presidente.

Empobrecimento — Na oposição, o líder do PT, Lula, disse que "além de desrespeitar a Constituinte, o PMDB e a Aliança Democrática, o presidente contribuiu para o empobrecimento político do país. Dizer que a crise econômica é consequência da indefinição do



Prisco: bancada errada

seu mandato é, no mínimo, pensar que somos 135 milhões de palhaços. Este Congresso Constituinte vai ter que provar, agora, a sua soberania."

Pelo PC do B, o deputado Aldo Arantes (GO) disse que os constituintes não podem "admitir a ingerência do presidente da República, das Forças Armadas ou de quem quer que seja no rumo da Constituinte. Ou esta Constituinte tem soberania ou não tem."

O líder do PDS, deputado Amaral Neto, afirmou que "o presidente colocou canga no pescoço do PMDB e do PFL em

troca de cargos na administração. Além disso, o presidente não falou sozinho, falou porque mandaram ele falar. Ele não é homem para isso."

Condomínio — O deputado Brandão Monteiro acusou Sarney de ter "ameaçado" a soberania da Constituinte e rasgado a mensagem que a convocou. "Pela forma arrogante e autoritária como determinou o tempo de seu mandato, deu ordens ao povo brasileiro e desmoralizou a Aliança Democrática", acusou o líder do PDT. Brandão e o deputado Aldo Arantes pediram ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que não permita "que o Poder Executivo enxovalhe a assembleia".

Na bancada do PMDB, a reação também foi veemente. A deputada Cristina Tavares disse que "o presidente Sarney trai a si próprio e ao compromisso assumido em praça pública. A nação humilhada assistiu ao pronunciamento e não admitiremos que se venha pedir adiamento da transição, porque isso é um golpe." Vasco Alves advertiu: "Ceder cinco anos, agora, é curvar a espinha de modo servil. Nem o PMDB nem a Constituinte podem fazer isso." O deputado Hélio Duque, mais contundente, disse que "a Nova República se transformou em condomínio de interesses. O presidente não pode esquecer que é um vice. A quem interessa enterrar o processo democrático? É um golpe. O caminho, o presidente Sarney escolheu, ontem, do trono."

Maioria de subcomissão quer parlamentarismo

BRASÍLIA — O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, vai ser voto vencido na proposta de adoção de um parlamentarismo com quatro anos de mandato para o presidente da República. Dos 25 integrantes da subcomissão, só oito o acompanham e, assim mesmo, pelos motivos mais diversos. A maioria quer parlamentarismo com cinco anos de mandato, e o relator se mostra tranqüilo: "cederei à vontade da maioria, se necessário".

Apesar disso, ele ainda sustenta que a maioria da Assembleia Constituinte quer apenas quatro anos de mandato para o presidente da República, em qualquer sistema de governo. Apóia-se em pesquisas da *Folha de S. Paulo* e do *JORNAL DO BRASIL*, e num questionário por ele enviado aos constituintes. Embora essa maioria não se reflita no pequeno universo da Subcomissão, Fogaça aposta na vitória.

Inabilidade — Fortalecendo essa crença do senador gaúcho, há o fato de que, não menos que dez emendas das 305 apresentadas a seu anteprojeto propõem a redução do mandato presidencial. "Vou apresentar um novo anteprojeto que reflita as emendas recebidas. E tenho certeza que vai vigorar a opção pelos quatro anos", antecipa ele. Acontece que não é essa a posição que tem resultado dos intermináveis debates ocorridos na Subcomissão.

Ali, só Vivaldo Barbosa, Bonifácio de Andrada, César Cals Neto, Jutahy

Júnior, Leur Lomanto, Luís Henrique, Miro Teixeira e Gumercindo Milhomem aceitam quatro anos de mandato para Sarney. "Aceito quatro, mas preferiria três", diz o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), um dos mais inflamados defensores da redução do mandato presidencial. Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que deseja ver Brizola no Palácio do Planalto, diz que o pronunciamento de Sarney só serviu para fortalecer suas convicções.

Também decepcionado com o discurso presidencial, Bonifácio de Andrada (PDS-MG) diz que Sarney tomou uma atitude desnecessária e inábil, "pois, calado, era mais fácil ter o seu mandato intocável". O deputado Luís Henrique (PMDB-SC) também deseja reduzir o mandato presidencial, mas ressalva que aceita um parlamentarismo com cinco anos para o chefe de Estado.

Mas se Sarney aceita governar cinco anos, existem constituintes interessados em vê-lo seis anos no poder. A começar pelo seu primo, o deputado Albérico Filho (PMDB-MA), que preside a Subcomissão do Poder Executivo. Os deputados Dalton Canabrava, Agassiz Almeida, Genebaldo Correia e Expedito Machado, também integrantes da Subcomissão, acham um mandato de seis anos essencial para garantir a estabilidade democrática. O argumento de Albérico Filho é mais simples: ele acha que Sarney deve continuar porque foi o destino que colocou um representante do Maranhão na Presidência da República.

"Não concordo com o discurso de Sarney. Acho que, terminada a Constituinte, deve haver eleição para presidente e não há dúvida de que estamos em crise. Entre parlamentarismo e presidencialismo, prefiro o presidencialismo" — Rodrigo Peres, 20 anos, estudante, Brasília.



"Só vi um pedaço do discurso, mas acho que o Sarney deveria sair já. A única saída é convocar eleições diretas imediatamente. Nem no tempo do militarismo e da recessão vivemos uma crise igual a essa" — Eliane Figueiroa (foto), 22 anos, estudante, São Paulo, Capital.

"Ouví o pronunciamento pela TV. Se o Sarney ficar os cinco anos, serão mais três anos de sofrimento. Tanto faz o sistema de governo, desde que tenha um homem para comandar. Já tenho saudade dos militares, que pelo menos mandavam mesmo" — Natanael Diniz, 46, Belo Horizonte.

Apenas uma voz defende o presidente

Só um parlamentar, Lúcio Alcântara (PFL-CE), defendeu o presidente Sarney no debate que abriu ontem os trabalhos da Subcomissão do Poder Legislativo. Ao abrir a reunião, o presidente da Subcomissão, Bocayuva Cunha, ressaltou que é amigo de Sarney desde os tempos da Bossa Nova da UDN, mas não podia admitir que ele interferisse nos trabalhos da Constituinte, fixando antecipadamente o seu mandato. "Eu quero expressar aqui o meu repúdio à infeliz intromissão do presidente nos nossos trabalhos", disse ele.

Foi o suficiente para os ânimos se exaltarem. O senador Itamar Franco (PL-MG), também amigo de Sarney, pegou o microfone para dizer que nunca ouvira algo "tão deplorável, tão infeliz" ser dito por um presidente da República. Irônico, o senador disse ainda: "Graças a Deus completa-se no próximo ano o centenário da República". Ele aludia ao fato de o presidente ter dito que deseja comandar o processo de sua sucessão em 1989, para empossar o próximo governante em 1990.

Exagero — Nem o relator da Subcomissão, deputado José Jorge (PFL-PE), fiel amigo de Marco Maciel, defendeu o presidente. Embora favorável a um mandato de cinco anos para Sarney, José Jorge disse que o presidente exagerou. "Essa decisão de fixar mandato é da Constituinte, e eu lamento que o presidente tenha se metido nisso". Apesar de ofendido com a fala presidencial, ele disse que isso não impede a Constituinte de continuar trabalhando com independência e, muito menos, de fixar o mandato de Sarney.

O deputado Hélio Manhães (PMDB-ES) foi outro exaltado participante da reunião. Lembrou que Sarney prometeu cumprir todos os compromissos de Tancredo Neves, um dos quais era o mandato



Alcântara: "Foi muito bom"

de quatro anos. Em sua opinião, Sarney "deve estar respaldado em estudos muito especiais de sua assessoria para dizer que a Constituinte não tem poderes para mudar seu mandato". Junto a Manhães, o deputado José Guedes (PMDB-RO) lembrou os constrangimentos que sofrira ao subir em palanques com Sarney, durante a campanha de Tancredo Neves. "Todo mundo sabia que ele fora contra as eleições diretas", disse.

Mas pelo menos um defensor Sarney teve na subcomissão do Poder Legislativo. O deputado Lúcio Alcântara, que logo sairia para ir almoçar na casa do senador Marco Maciel (PFL-PE), disse que foi muito bom o presidente ter revelado quanto tempo deseja governar, porque ele próprio não sabia. "Eu sempre tive conhecimento de conversas de bastidores, de discussões entre ele, Aureliano e Ulysses, sobre o tamanho do mandato, mas não tinha uma palavra oficial. Agora

sei qual a posição do presidente sobre esse assunto".

Emendas — Embora tenha passado a manhã discutindo a infelicidade da fala presidencial, não havia sido para isso que a Subcomissão se reuniu. O assunto deveria ser a discussão das 238 emendas apresentadas ao anteprojeto do relator. E entre essas, estão oito propostas de Bocayuva Cunha, recusando o sistema parlamentarista de governo; exigindo que as diretorias do Banco do Brasil e do Banco Central sejam antes aprovadas pela Câmara dos Deputados; que a Câmara tenha também poderes para exonerar ministros de Estado; que seja da competência exclusiva do Congresso aprovar empréstimos externos e legislar sobre matéria financeira; e dando poderes judiciais às comissões parlamentares de inquérito.

Outro amigo do presidente Sarney, senador Luís Viana Filho (PMDB-BA), apresentou emenda permitindo que, em casos de urgência, o presidente da República possa expedir decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas, mais ou menos, como já estabelece a Constituição em vigor. E proposta do deputado Vinícius Cansanção (PFL-AL) estabelece que o Congresso fixará anualmente os subsídios do presidente da República, do vice e do primeiro-ministro.

Na Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, 45 emendas foram apresentadas; nenhuma altera a duração do mandato presidencial, previsto para quatro anos pelo relator Francisco Rossi (PTB-SP). Sete dessas emendas mudam detalhes do sistema distrital de eleições, e outras cinco dispõem que é garantida a plena elegibilidade dos militares, desde que, para se candidatarem, afastem-se do serviço ativo. Proposta de Arnaldo Martins (PMDB-RO), retira o voto dos anal-fabetos, exceto nas eleições para vereador e prefeito.

Reforma agrária tem debate quente e clima de empate

Brasília — Duas movimentadas sessões de discussão — na noite de segunda-feira e na manhã de ontem — concluíram a etapa de debates na Subcomissão de Reforma Agrária da Assembleia Constituinte, deixando a impressão de um virtual empate entre os parlamentares progressistas, que desejam aprovar na sexta-feira o anteprojeto do relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), e os conservadores, que planejam apresentar um substitutivo no dia da votação.

Por trás da discordância estão quatro pontos fundamentais, contidos no anteprojeto: a adoção do conceito de "obrigação social" da propriedade; a fixação do teto de 100 módulos rurais regionais — até 12 mil hectares, na Amazônia Legal — para um terreno, sob pena de desapropriação; a posse imediata da terra desapropriada pelo Estado, sem pendências judiciais; e a indenização, inclusive de benfeitorias, por títulos da dívida agrária.

Se todas essas propostas forem aprovadas, ficará muito mais fácil fazer a reforma agrária no país. Sabendo disso, representantes dos trabalhadores rurais e dos grandes proprietários instalaram temporariamente seu conflito pela posse da terra na acanhada sala da subcomissão da Constituinte. Camponeses ligados à Contag, no lado esquerdo da plateia, e empresários da UDR e trabalhadores especialmente recrutados, no direito, presenciaram debates em que muitas vezes faltou o decoro parlamentar.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi o guerrilheiro dos conservadores: interrompeu discursos sem pedir permissão, ironizou dados apresentados por parlamentares progressistas e levou ao delírio os espectadores reunidos pela UDR, ao apartear o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) para afirmar que era contra terras improdutivas em mãos de quem quer que fosse, "mesmo que de comunistas".

Arantes foi o mais ativo entre os progressistas. Afirmou, com base em dados do IBGE, que as propriedades pequenas e médias são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos. "Ninguém do outro lado contestou a minha tese de que os pequenos são os grandes produtores", insistiu Arantes, sem ouvir resposta.